

## **Conhecer e intervir: as relações equipe-família no CPP de Nova Lima**

### **Learning and intervening: the team-family relationships at the CPP (Psychopedagogical Center) in Nova Lima**

Roberta Carvalho Romagnoli<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Este texto apresenta uma pesquisa-intervenção, financiada pela Fapemig, que problematizou as relações equipe-família, evidenciando o que dificulta a participação da família no tratamento dos usuários do Centro Psicopedagógico Renato de Avelar (CPP) de Nova Lima. A esquizoanálise apresenta-se como teoria e a cartografia como ferramenta metodológica deste estudo. Foram usados para a coleta de dados/intervenção: assembleias gerais; assembleias parciais; entrevistas com os profissionais e com os familiares; observação dos projetos; supervisão e grupo de estudos com a equipe que atende às famílias. Todo o processo buscou a construção de outra relação com a família. Os resultados evidenciam a complexidade dessa relação, ressaltando a falta de formação profissional para se trabalhar com famílias e a dificuldade do trabalho em rede.

**Palavras-chave:** pesquisa-intervenção; processos de subjetivação; família; esquizoanálise.

#### **Abstract**

This paper presents a research-intervention, financed by Fapemig, which studied the team-family relationships, demonstrating what hinders the participation of the family in the treatment of the users of the Psychopedagogical Center (CPP) Renato de Avelar, in the city of Nova Lima. The schizoanalysis is the theoretical framework and the cartography is the methodological tool used in this study. For the data collection/ intervention, the following were used: general assemblies; partial assemblies; interviews with the professionals and with the relatives; observation of the projects; supervision and study group with the team looking after the families. The results demonstrate the complexity of this relationship, highlighting the lack of professional training to work with families and the difficulty in working in networks.

**Keywords:** research-intervention; subjectivation processes; family; schizoanalysis.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta III da Faculdade de Psicologia da PUC – MG. Rua Terra Nova, 101, apto. 401 – Bairro Sion, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30315-410. E-mail: robertaroma1@gmail.com

Este texto apresenta a pesquisa-intervenção, que teve como objeto de estudo as relações equipe-família, objetivando conhecer o que dificulta uma efetiva participação da família ao tratamento das crianças atendidas no Centro Psicopedagógico Renato de Avelar Azeredo da Prefeitura de Nova Lima (CPP), em Minas Gerais. O CPP é uma instituição que se localiza na interface saúde/educação, atendendo a crianças e adolescentes na saúde mental infantil, em nível ambulatorial, e atuando em creches e escolas municipais com abordagem psicossocial. Sua equipe é composta por uma psiquiatra, psicólogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, psicopedagogas e uma terapeuta ocupacional. Em seu cotidiano de trabalho, não consegue uma parceria efetiva com as famílias dos seus usuários. A não-realização dessa parceria atravessa os trabalhos em ambos os campos, levando, em alguns casos, ao fracasso das intervenções.

Apesar de as práticas na área da saúde e da educação em nosso país exigirem cada vez mais a participação direta ou indireta da família, a valorização e a adesão do grupo não se dão de forma espontânea. Nos trabalhos desenvolvidos no dia a dia dos serviços, não é fácil conseguir que os profissionais se associem à família e vice-versa.

Ao realizar uma revisão de literatura sobre a produção de cuidados de saúde no âmbito da família, Gutierrez e Minayo (2010) apontam a escassez de estudos sobre o tema, evidenciando a importância da família para a sustentação das políticas públicas na área da saúde. Analisando a produção científica de 1995 a 2007, as autoras salientam que, geralmente, os cuidados da saúde são entendidos tanto pelos usuários quanto pelos profissionais de saúde de forma restrita, sendo que a família, locus no qual deveriam ser produzidos esses cuidados, é negligenciada. Por outro lado, a própria produção científica sustenta essa postura, pois, muitas das vezes, trata a família como uma entidade abstrata e universal. Conforme Foucault (2004), a naturalização desvaloriza a complexidade e a singularidade do grupo familiar. Entendemos que essa descon-sideração é uma estratégia de assujeitamento que inviabiliza uma valorização da experiência vivida com cada família no cotidiano do serviço de saúde, buscando a homogeneização de grupos distintos.

No que se refere à adesão das famílias ao tratamento dos usuários da saúde mental, Romagnoli (2006b) atesta o desconhecimento da dinâmica familiar por parte dos profissionais como um dos fatores que mantêm a família afastada do serviço. Esse desconhecimento conduz a julgamentos pejorativos dos arranjos familiares, o que impede um acolhimento do grupo, fundamental para a reinserção do portador de transtorno mental. No estudo apresentado, constata-se uma sobrecarga na convivência com o membro doente no dia a dia, além da dificuldade de enfrentamento de situações penosas, tais como agressões, surtos e a necessidade de cuidados contínuos, muitas das vezes agravada pela situação social de baixa renda. Dessa maneira, a imprescindibilidade de uma atuação com a família é defendida pela autora.

Por outro lado, no campo da educação, Szymanski (2004) enfatiza a necessidade de se considerar a família como objeto de atenção psicoeducacional, almejando uma parceria na função educativa. A autora verifica que a relação das escolas e das creches com a família também se dá na forma de cobranças e de acusações. A ideia de um modelo ideal de família, calcado na família de camada média, composta pelos pais unidos em matrimônio e pelos filhos decorrentes dessa união, também perpassa o cotidiano escolar. Muitas das vezes, esse modelo é usado para responsabilizar as famílias que fogem a esse padrão pelas dificuldades escolares dos filhos. Além disso, é comum a visão da mãe como responsável, como se educar fosse um dom feminino e natural. Essas condutas se distanciam de um apoio efetivo para que a família leve a cabo suas tarefas educativas. Nesse sentido, a autora atesta que, no campo da educação, há uma necessidade premente de se conhecer e acolher os grupos familiares, para alcançar uma sincronia entre escola e família.

Como vimos, a participação do grupo familiar é essencial nas áreas da saúde e da educação. No CPP, há grande preocupação com a participação da família em suas atividades desde sua fundação em 1984. A proposta de criação do CPP contava com atuações para além do trabalho clínico/pedagógico tradicional, em uma tentativa de não se centrar na doença e no indivíduo. Essa proposta, com fortes preocupações sociais e comunitárias, era uma tentativa de se desgarrar da forma instituída do exercício profissional, criando trabalhos com grupos, programas comunitários e intervenções com as famílias. No entanto, ela foi minada por questões políticas, na ocasião, e o serviço passou a atender fundamentado em uma clínica tradicional calcada na demanda institucional e com objetivos curativos. Diante dessa situação, a equipe não ficou passiva; criou espaços de reflexão e discussão, com o intuito de manter certa crítica das suas relações com a prefeitura e com a rede municipal.

Após esse entrave em sua fundação, outro grande impacto vivido pela equipe do CPP foi a mudança da sua sede de trabalho em 1997. A sede inicial era no centro da cidade, o que favorecia a locomoção dos profissionais e usuários, frequentemente originários dos bairros da periferia de Nova Lima, além de ter uma infraestrutura mais adequada do que a sede atual. A mudança foi vivida como uma violência por todos. Os profissionais não foram consultados a respeito e o novo prédio não tinha condições de recebê-los. Os usuários, por sua vez, tiveram que se deslocar de bairros distantes para ir ao CPP.

Atualmente, o CPP mantém a clínica de atendimentos de crianças e adolescentes, realizados em equipe, ativando sempre que possível em conjunto com a rede do município, além de possuir programas na área de educação que visam não só a atender à demanda escolar, mas, sobretudo, a problematizar e a repensar junto às escolas as solicitações de atendimento dos seus alunos, elucidando aspectos institucionais e buscando atitudes preventivas. Esses trabalhos intervêm diretamente sobre a problemática da queixa

escolar, com reflexões realizadas em associação com os professores e com as famílias. Contudo, em todas as suas atividades efetuadas pelo CPP, os profissionais se queixam da pouca participação das famílias e da grande dificuldade de fazê-las se envolver diretamente com o tratamento de seus membros.

Nesse contexto e a partir dessas dificuldades, a possibilidade de se efetuar uma pesquisa-intervenção surgiu mediante um convite feito pela direção do CPP para ministrar um curso de curta duração, em setembro de 2007, sobre uma leitura institucionalista da família brasileira. No curso, afloraram obstáculos na vida cotidiana com o grupo familiar. Na ocasião, houve demanda de supervisão desses casos. Em contrapartida, foi feita a proposta da pesquisa-intervenção, aceita e apoiada pela direção do CPP e pela equipe. Parte desse processo encontra-se neste texto.

### **Sobre o como conhecer/intervir**

Para conhecer as relações do CPP com as famílias e construir, junto ao coletivo pesquisado, saídas para suas dificuldades, usamos a pesquisa-intervenção cartográfica. A cartografia sustenta-se nas ideias de Deleuze & Guattari (1996), que se propõem a abarcar a complexidade, convocando a imanência e a exterioridade das forças que atuam na realidade. Essa proposta busca elucidar as linhas de reprodução no intuito de potencializar invenções no cotidiano. Compreende, ainda, a subjetividade como heterogênea e processual, constituída não só pelo sujeito, mas também pelas relações que o desestabilizam e o deslocam. Nesse sentido, enfatiza-se não a interioridade do sujeito, mas as forças e as relações com os grupos, com as instituições, com as situações e forças que o afetam. Quanto à interioridade, ela implica um funcionamento da subjetividade por linhas duras, que a classificam e a representam. Por outro lado, no que se refere às relações, a subjetividade é composta por linhas flexíveis, que permitem o seu afetamento e suas conexões ligando a subjetividade ao que está aquém dela. Ser afetada pelas relações existentes nas situações faz com que a subjetividade forme agenciamentos em que linhas de fuga são construídas, convergindo em processos que trazem o novo, sempre coletivos (Deleuze & Parnet, 1998). O agenciamento é responsável pelo movimento de invenção, pois permite romper com a interioridade e ligar-se à alteridade. Assim, realidade e subjetividade encontram-se o tempo todo em conexão, em estado de imanência, conjugando linhas e processos que coexistem justapostos.

Essas linhas ora duras, ora flexíveis, ora de fuga, podem enlaçar a realidade e a subjetividade dando-lhes forma; em outras vezes, podem se abrir para conectá-las com o “fora”, compondo planos que coexistem, sem hierarquia nem determinação. As linhas duras compõem o plano de organização que corresponde às formas instituídas socialmente e classificadas dicotomicamente: homem-mulher; classe alta-classe baixa, adulto-criança; profissional-usuário. Por outro

lado, as linhas flexíveis e as linhas de fuga sustentam o plano de consistência, composto pelas forças que atravessam o campo social, que permite a expansão da vida, por meio dos encontros que vão gerar novas formas de expressão, resistindo ao que tende a se reproduzir no plano de organização. Esses dois planos estão justapostos, sustentando formas e forças, compondo segmentos e fluxos, rupturas e conexões. Assim, no cotidiano do CPP e nas suas articulações com as famílias, investigamos as formas, as linhas de reprodução que codificavam, classificavam os grupos familiares e que, em alguns momentos, ganhavam ressonância ao que Romagnoli (2006b) e Szymanski (2004) denunciaram no campo da saúde e da educação, respectivamente, e as forças que poderiam gerar uma nova forma de conexão, mais produtiva e inventiva.

A partir desse referencial, abordamos as relações equipe-família no CPP, apostando na possibilidade de invenção, de desconstrução desse plano de organização para fazer irromper outros agenciamentos que burlassem a rotina estabelecida com as famílias. No plano de organização, nosso objeto de pesquisa está implicado com todas as representações instituídas de saúde, de educação, de família, de doença, de atendimento, dos papéis e dos lugares de cada um dos profissionais, inclusive do pesquisador. Essas representações estão sedimentadas e padronizadas sob a forma de linhas duras que atravessam a relação equipe-família. Ao longo da pesquisa, tentamos colocar em análise essa relação articulando pesquisadores, profissionais e famílias, e buscando favorecer as linhas de fuga que se dirigem para a invenção.

O que a cartografia busca é exatamente o rastreamento, em uma determinada circunstância, das linhas duras, do plano de organização, ao mesmo tempo em que procura propiciar as linhas de fuga, as zonas de indeterminação que trazem o inédito. Cabe ressaltar que, por esse viés, conhecer determinada realidade é fazê-lo inserido nela, analisando os atos cotidianos, seus dispositivos e relações, articulando pesquisador e campo de pesquisa como destaca Romagnoli (2009). Essa metodologia traz a possibilidade de trabalhar coletivamente os processos que emergem no serviço, realizando intervenções no cotidiano, nas práticas; sustentando os incômodos e dificuldades para se produzir potência, para que as forças ganhem passagem. Vale lembrar que a pesquisa-intervenção cartográfica se contrapõe às pesquisas científicas tradicionais, objetivando romper com as dicotomias teoria-prática e sujeito-objeto, e articula pesquisador e campo de pesquisa. De acordo com Rocha e Aguiar (2003), essa metodologia articula ainda análises realizadas em conjunto com a população pesquisada. Nesse sentido, Kastrop (2008) enfatiza que o campo de investigação também se constitui espaço concreto de intervenção, com o objetivo de acionar uma produção coletiva de conhecimento na qual não há um conjunto de regras prontas para serem aplicadas, mas exigência de uma construção que necessita da habitação do território pesquisado e a implicação do pesquisador no trabalho de campo. O conhecimento é

assim produzido no plano de forças, formas e linhas que compõem a realidade de maneira processual e singular, sustentando a complexidade, mapeando as forças presentes e analisando os efeitos dos encontros.

Amparados nessa metodologia, usamos no processo de pesquisa os seguintes dispositivos para conhecimento do cotidiano do CPP das relações com a família: assembleias gerais com toda a equipe do CPP e da pesquisa; assembleias parciais com parte da equipe que atende a famílias; entrevistas semiestruturadas com os profissionais e os familiares; observação dos projetos realizados no CPP; supervisão e grupo de estudos com parte da equipe que atende a famílias. As assembleias gerais foram realizadas com a frequência de um a dois meses, e os encontros com a equipe que atende a famílias, com periodicidade quinzenal ou mensal, de acordo com a disponibilidade e a necessidade do serviço. A observação dos projetos foi semanal, no período de quatro meses. As entrevistas foram devidamente gravadas e transcritas, atendendo às normas do comitê de ética em pesquisa da PUC-Minas, no qual o projeto de pesquisa foi aprovado. A seleção dos profissionais entrevistados se deu de forma consensual e a das famílias foi decidida em conjunto com a equipe. Todos esses procedimentos foram permeados durante todo o processo pela análise das demandas, das implicações, dos atravessamentos e da transversalidade pela equipe de pesquisa e, quando necessário, em conjunto com a equipe do CPP.

### **O cotidiano do CPP e suas tensões: deslocamentos coletivos**

Iniciamos nosso processo de pesquisa, em agosto de 2008, com o grupo de estudos “Micropolítica e Pesquisa Intervenção”, cujo objetivo era estudar a micropolítica e a pesquisa-intervenção a partir das ideias de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Esse grupo teve como participantes alunos da graduação em Psicologia da PUC Minas e alguns profissionais do CPP que desejavam conhecer essa metodologia de pesquisa. O grupo era heterogêneo e permitiu a todos refletir e associar teoria e prática, além de trocar experiências distintas e sermos afetado por inserções diferentes. Consideramos esse grupo já um dispositivo de intervenção na realidade a que nos dispusemos a estudar.

Assim que a pesquisa foi aprovada, em novembro de 2008, fizemos uma assembleia geral no CPP, para apresentação da equipe de pesquisa, cujos bolsistas de iniciação científica foram selecionados em conjunto com a direção do CPP, e colocação inicial da proposta, que continuava a ser acolhida. As primeiras orientações com os bolsistas versaram sobre a análise da implicação, partindo do pressuposto defendido por Lourau (2004) de que não há possibilidade de uma análise neutra de uma instituição e, para tal, a implicação é indispensável, pois sua análise nos permite conhecer as forças institucionais. De acordo com Barembliitt (1992), a implicação é um processo de

uma materialidade múltipla e variada, complexa e sobredeterminada, não sendo apenas subjetiva. É ao mesmo tempo um processo político, econômico, social e etnológico; dentre outros, essencialmente heterogêneo. A análise da implicação na pesquisa-intervenção nos permite acessar a instituição, indo além da nossa percepção subjetiva, da nossa história individual e dos julgamentos de valor destinados a medir a participação e o engajamento em determinada situação, como assinala Lourau (1990). A implicação revela que aquilo que a instituição deflagra em nós é sempre efeito de uma produção coletiva, remetendo a valores, interesses, expectativas, crenças e inserções sociais.

Nesse contexto, essa análise realizada na equipe de pesquisa, com a coordenadora e os bolsistas de iniciação científica, iniciou-se com a problematização das seguintes questões: o que a instituição nos provocou? Quais endurecimentos iniciais localizamos? Quais possibilidades? Como se daria a articulação academia-serviço? Percebemos um grande acolhimento por parte do CPP e um desejo real de que as dificuldades vivenciadas com as famílias no seu dia a dia se alterassem. Na equipe de pesquisa, observamos a aposta na pesquisa-intervenção cartográfica como uma estratégia de contribuir com o nosso conhecimento acadêmico para elucidar a problemática apresentada, complexa e multideterminada. Estavam em jogo várias instituições e saberes, que atravessavam o nosso cotidiano de pesquisa e das quais nós éramos vetores de enunciação. Além das implicações primárias, que correspondem a nossas implicações diretas com o território pesquisado, Monceau (2008) assinala ainda as implicações secundárias, que possuem elementos institucionais que escapam à interlocução local e abrangem campos mais amplos; nesse caso, a universidade, a educação, a saúde pública e a clínica, dentre outros; campos que estiveram o tempo todo presentes, com seus planos de forças, com suas exigências, impasses e desafios.

Na assembleia geral, descobrimos que o CPP estava associado à Secretaria de Educação de Nova Lima, e não à Secretária de Saúde, o que nos levou a decidir realizar entrevistas com o procedimento metodológico de história oral com os três psicólogos participantes da fundação do CPP, ainda membros da equipe atual. Acerca do procedimento metodológico de história oral, Rodrigues (2005) destaca que o testemunho oral é importante, uma vez que a dimensão instaurada pela narrativa torna-se partilhada pelas subjetividades envolvidas e não menos verdadeira que a realidade fática. Dessa maneira, ao analisarmos o material coletado nas entrevistas com os psicólogos participantes da fundação do serviço, conhecemos não só sua história, mas como se deu e se dá, para os profissionais, a interface educação-saúde. No CPP, esse hibridismo convoca maior atuação em rede tanto na articulação entre as secretarias do município quanto na intersetorialidade. Contudo, há obstáculos nessa conexão, relacionados tanto à dimensão macropolítica, na relação com a prefeitura e seus setores, quanto na

dimensão micropolítica, com a insistência na identidade de cada setor da rede. A equipe se queixa do pouco diálogo e troca entre os profissionais da rede. Essa escassez, muitas vezes, se dá pela ameaça vivida pelos setores e serviços de perder seu espaço e o reconhecimento da especificidade de sua atuação. Essa interface aparece ainda como queixa da maior parte dos profissionais do CPP no que se refere às questões administrativas, espaço físico e falta de recursos materiais. Essas questões causam transtornos no cotidiano, tais como a falta de suporte para os trabalhos realizados no CPP que são na área de saúde e, muitas vezes, a dificuldade de localizar a quem se dirigir para fazer uma solicitação.

Os problemas com as instâncias superiores foram, e são, constantes para manter o trabalho oferecido, sua qualidade e certa autonomia do grupo. Em todas as assembleias em que surgiram esses embates, antigos ou atuais, foi colocada pela equipe a importância do coletivo no enfrentamento dessas dificuldades. Para Deleuze e Guattari (1996), o coletivo é habitado por relações e processos moleculares, que trazem o intensivo, agenciando forças potentes. Forças que afetam e produzem efeitos, e dão passagem aos intercessores criados nesses encontros, que conduzem à invenção, a outros modos de expressão. Ou seja, o coletivo nos permite sair de nós mesmos, escapar da nossa interioridade, agenciar e, assim, sustentar outras formas de vida.

Ao examinar o lugar das assembleias no processo da pesquisa, percebemos que elas se configuraram como espaço de intervenção e reflexão, dispositivos de análise coletiva para fazer circular os discursos e as forças, e desestabilizar as linhas duras e cristalizadas da relação da equipe com a família. Essas assembleias serviram para delimitar a demanda da pesquisa, delinear os atravessamentos no cotidiano de trabalho, dar informações sobre o andamento da pesquisa e congressos, e questionar o material que se apresentava a partir dos dados coletados e analisados. Esses encontros permitiram a circulação de outros estados, flexíveis e também inventivos.

Ao analisar os dados das entrevistas semiestruturadas com os profissionais, nas observações dos projetos do CPP e nas assembleias, percebemos que a equipe atua com seriedade no seu cotidiano. Os profissionais acham importante possuírem projetos realizados em equipe e com grupos e não somente uma atuação clínica com as crianças e adolescentes. Nesse sentido, o trabalho com grupos traz a possibilidade de intervenção no coletivo e atende ao grande número de usuários dos serviços públicos, como nos lembra Romagnoli (2006a).

Embora essas características sejam reconhecidas, ainda há certa dificuldade, por parte dos psicólogos, em atuar com grupos. Acreditamos que, em parte, isso ocorra pela oposição ainda existente entre os setores da psicologia social e da psicologia clínica. Na formação dos psicólogos, ainda se associa o trabalho social com grupos e o trabalho clínico com o tratamento individual como foi apontado pelos entrevistados.

Defendendo a articulação clínica e social, Ferreira Neto (2008) apresenta uma experiência de intervenção realizada em uma escola pública em Belo Horizonte como uma ação da atenção básica em saúde. O autor ressalta que, nos espaços de atuação da psicologia, tanto no setor público quanto nas organizações não-governamentais, é preciso que o profissional tenha, em sua formação, contribuições tanto da psicologia clínica quanto da psicologia social, insistindo nessa interação defendida pelos profissionais do CPP.

O momento atual da profissão e seus desafios nos levam a defender não só a atuação com grupos, mas também a não-separação da Psicologia em áreas setorializadas e excludentes, conduzindo-nos a driblar o plano de organização de nossa profissão e a convocar o desmanche de seus segmentos. Nesse processo, Barros (2005) pontua que insistir na referência identitária das áreas, teorias e práticas, geralmente, impede que conexões se efetuem, para que algo novo surja. Observamos que a equipe de profissionais do CPP tem uma prática também grupal com tentativas de conexão entre as áreas da Psicologia. Arriscamos a afirmar que a complexidade dos problemas atendidos pelo CPP, com as demandas escolares, com os encaminhamentos da Justiça e com a interação com a Saúde Mental e a Assistência Social, convoca uma prática não-reducionista, como a apontada por Ferreira Neto (2008). Essa característica é percebida pela equipe, que investe em espaços de formação, diálogo e trocas.

O trabalho com os projetos na área de educação propicia ainda, de acordo com os profissionais, maior flexibilidade de horários e liberdade no trabalho, diferente do trabalho realizado nos atendimentos, que pressupõe uma agenda fixa preestabelecida. Todos os entrevistados fizeram referência à importância do trabalho em equipe, que, na maioria das vezes, é percebido como favorável e detentor de aprendizado. A equipe tem um funcionamento interdisciplinar, pois sua atuação permite um trabalho integrado entre domínios conexos que possuem interface, tais como a medicina, a psicologia, a assistência social, a fonoaudiologia e a terapia ocupacional. Esse trabalho gera reciprocidade e aprendizagem mútua entre os profissionais, características da interdisciplinaridade, como definida por Vasconcelos (2002).

Os profissionais percebem a família como receptiva ao acompanhamento do tratamento dos filhos, mas não ao atendimento. Alguns entrevistados distinguem a necessidade de atender a toda a família, e não somente à criança, e declaram que, muitas das vezes, a participação da família se dá somente pela manutenção de outros benefícios públicos. Ou seja, os familiares participam dos trabalhos propostos por imposição, para não perder a vaga no CPP. Estar em atendimento no CPP é condição *sinequa non* para continuar recebendo o benefício da prefeitura. Assim, as instituições operam por atravessamento, o que significa dizer que “[...] a rede social do Instituto-Organizado-Estabelecido, cuja função prevalente é a

reprodução, atua em conjunto. Cada uma das entidades opera *na* outra, *pela* outra, *para* a outra, *desde* a outra” (Barembliitt, 1992, p. 156), atuando em conjunto para a manutenção do estabelecido, das linhas duras que perpetuam a passividade e a falta de questionamento das famílias.

As diferenças sociais desses grupos também são percebidas como obstáculos. A pobreza propicia carências que impedem inclusive a atuação da equipe, como acontece em alguns casos do CPP. As formações familiares que fogem ao modelo instituído de família nuclear podem ativar julgamentos por parte do profissional, impedindo o acolhimento do grupo.

O desconhecimento do funcionamento dos modelos familiares nas distintas camadas sociais, aliado à veiculação da noção de família nuclear como sinônimo de saúde e equilíbrio, pode conduzir a uma visão distorcida das famílias de camadas baixas, público do CPP. As famílias das camadas populares são vistas, por boa parcela da população, como desestruturadas e desorganizadas embora exijam, de fato, um aprendizado da diferença, pois usualmente os profissionais que às atendem originam-se das camadas médias. Esse julgamento coloca em cena as linhas duras que mantêm um plano de organização rígido e reprodutivo, como se houvesse apenas uma forma de ser família, desqualificando os arranjos específicos de cada camada social, de cada grupo. Observamos aqui a naturalização pontuada por Gutierrez e Minayo (2010).

Ao estudar as famílias de camadas baixas, Sarti (2007) mostra a dificuldade de se sustentar a ideia de modelo ideal de família nessa realidade e propõe que o grupo seja abordado em sua singularidade. O que parece desestruturação pode ser uma solução, uma alternativa para a família se manter unida frente às adversidades na luta pela sobrevivência. Apesar das dificuldades assinaladas, a maioria dos profissionais percebe que seu trabalho promove efeitos positivos nos clientes, nas famílias e na comunidade.

Os familiares, por sua vez, admitem que os encaminhamentos, em sua maioria, são feitos pelas escolas, o que mostra a ligação do CPP com o campo da educação em sua interface com a saúde. Eles, de modo geral, evidenciaram o mérito do atendimento. O serviço prestado é reconhecido pelos usuários e todos enfatizaram a disponibilidade dos profissionais do serviço, o que facilita a retirada de dúvidas e beneficia o atendimento, diferente do que foi percebido por Romagnoli (2006b) ao analisar o campo da saúde mental. A ajuda recebida no tratamento do filho é percebida como uma ajuda indireta para a família em seu dia a dia. A melhora do membro que frequenta o CPP influencia também o cotidiano familiar. Os familiares consideram ainda a importância do trabalho em equipe para o tratamento dos filhos. A grande queixa das mães se refere à localização do CPP, que é vista como um estorvo por ser longe do centro, visto que muitas famílias moram em bairros distantes. A maioria das mães solicita um aumento do tempo do tratamento, difícil de ser alcançado em uma instituição pública com a demanda do CPP. Embora a família

deva ser escutada, vale a pena questionar até que ponto essas demandas não correm o risco de aumentar a passividade da família como se os especialistas pudessem sanar todas as suas agruras e o grupo não tivesse também que ser ativo no processo de solução de sua problemática.

É preciso pontuar que foi uma entrevista não realizada que trouxe dados importantes para a pesquisa e permitiu uma intervenção mais efetiva na relação da equipe com as famílias. A mãe seria entrevistada no mesmo horário em que o filho seria atendido. No entanto, no dia da entrevista, houve atraso de ambas as partes, entrevistadora e entrevistada. Ao chegar ao CPP, a bolsista de iniciação científica encontrou a mãe muito agitada e nervosa, pois, devido ao seu atraso, o filho não seria mais atendido. Essa mãe é portadora de transtorno mental e é atendida pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), onde deveria fazer tratamento medicamentoso, o que não estava ocorrendo. Esse fato gerou grande tensão entre a mãe e o serviço.

A partir desse episódio, levantamos, na assembleia e em conjunto com a equipe do CPP, alguns pontos que percorrem a relação da equipe com essa família. São eles: o plano de organização do serviço com seus cronogramas e horários, a marca que acompanha o portador de transtorno mental e a insuficiência do trabalho em rede. A equipe precisa cumprir uma demanda institucional de atendimento quantitativo, o que origina pouca flexibilidade organizacional do CPP. Essa demanda, muitas das vezes, impede conexões com outras maneiras de trabalhar. A dificuldade com o portador de transtorno mental ainda é uma constante para os profissionais na área da saúde, pois este não raro exige a construção de atuações singulares. Por outro lado, o portador de transtorno mental sem acompanhamento psiquiátrico tem dificuldade de lidar com a rotina, com horários preestabelecidos e com questões práticas e objetivas do dia a dia. Nesse caso, ficou nítida a carência do trabalho em rede, uma vez que não estava tendo interlocução entre o CAPS e o CPP. As redes são importantes na captação e ampliação de recursos públicos e privados, no fortalecimento institucional das organizações que as compõem, na capacidade de trocar experiências e na construção de planos de ação para atendimento ao usuário como salientam Comerlato, Matiello, Colliselli, Renk e Kleba (2007). Mas, na prática, há fragilidade nesse processo, pelo pouco diálogo e troca entre os profissionais dos serviços. Essa ausência, em geral, se dá pela ameaça vivida pelos setores e serviços de perder seu espaço e sua identidade como foi colocado nas assembleias.

Todos esses atravessamentos emergiram como um analisador espontâneo do campo. De acordo com Lourau (2004), o analisador combate a naturalização das instituições. Um analisador pode ser qualquer coisa: prática, acontecimento, episódio que faz aflorar o que estava mascarado na rotina institucional e se opõe ao instituído, ao que está estabelecido. Ocupar-se dos analisadores permite dar novas formas à vida, tentar desamarrar as linhas duras do plano de

organização. O analisador possibilita o entrelaçamento de forças instituintes, que escapam das relações hierárquicas, e se dirige para a invenção; nesse caso, a aposta de inventar novas relações da equipe com a família.

A entrevista não efetuada foi comentada na assembleia geral, como exposto, e decidiu-se por uma discussão maior com a equipe que atende a famílias. O primeiro ponto discutido foi a “imposição”, como marca no cotidiano das famílias na relação com as políticas públicas em Nova Lima, pois, segundo a equipe, os profissionais que sustentam essas políticas não escutam as famílias. A relação da mãe com o CAPS também não é efetiva. Essa mãe não faz acompanhamento psiquiátrico devido ao não-estabelecimento de um vínculo com o serviço. Esse vínculo, por sua vez, foi construído com o CPP, instituição em que se nota uma demanda de atendimento. Essa demanda evidencia-se na insistência da mãe em entrar na sala durante o atendimento de um dos filhos, solicitando atenção, como foi relatado por uma das psicólogas. Essa situação é vista pela equipe como negativa, como algo que perturba o andamento do caso. Nesse momento, iniciou-se uma discussão coletiva acerca da configuração do atendimento, da demanda da mãe, da criança, da instituição e da equipe, decidindo-se por um atendimento familiar. Mas a equipe de profissionais, embora já tivesse feito cursos desse tipo de intervenção, enunciou sua falta de segurança e sua pouca formação para atender a famílias.

Segundo Barembliitt (1992), a oferta de serviços está associada diretamente à criação de uma demanda que diz respeito aos serviços ofertados pelos profissionais, à aprendizagem acerca das profissões, à formação de cada área, ao que definimos como atuações de cada disciplina. Refletir acerca da oferta de trabalho é examinar, na proposta de serviços/intervenções, a criação da demanda, por parte do profissional, nos usuários. Dando visibilidade à relação oferta/demanda em nosso campo de pesquisa, acreditamos que a demanda de atendimento familiar não se enuncia e tampouco aparece nas entrevistas com familiares, pela própria insegurança com esse tipo de trabalho clínico por parte da equipe, que também não atua nessa direção. Essa insegurança revela também a falta dessa formação na universidade, pois os profissionais da equipe relatam não ter visto esse tipo de intervenção na graduação. Ao examinar a formação dos psicólogos para atuar na área da saúde, Romagnoli(2006a) aponta que “[...] a clínica aprendida nos cursos universitários ainda é uma clínica individual, sendo desconhecida ou desprivilegiada a atuação com grupo, criando sérios problemas, principalmente na saúde pública que, como vimos, é um campo que exige novas metodologias (p. 12)”.

Nesse contexto, optamos coletivamente pelo atendimento do caso da mãe que não realizou a entrevista, com supervisão pela coordenação da pesquisa. A problematização dos efeitos desse dispositivo permaneceu constante durante todo o processo, pois nos perguntávamos se

potencializávamos e colaborávamos para uma aproximação da família ou se contribuíamos para uma dependência da equipe em relação ao nosso saber. Tentamos lidar com essa questão com o grupo de estudos realizados quinzenalmente no CPP, cujo objetivo era estudar a clínica de famílias, realizando uma articulação com a prática do atendimento. Os encontros da supervisão e do grupo de estudos eram intercalados: uma semana, supervisão na universidade; na outra semana, grupo de estudos no CPP. O grupo de estudos era composto por assistentes sociais e psicólogas, que também participavam da supervisão, e pelos bolsistas de iniciação científica. Seu conteúdo era articulado com a supervisão e o atendimento do caso. Esse grupo de estudos propiciou a circulação do conhecimento e sua conexão com a práxis: os bolsistas viam a articulação do que é estudado com a prática, sobretudo com os exemplos do cotidiano que surgiam nas discussões, e os profissionais retomavam o hábito do estudo, com a possibilidade de elaborar suas atuações. Ao final, foi feita uma autoanálise com a equipe acerca desse processo. Segundo os profissionais, isso ampliou muito a compreensão dessa família e das interações com esses grupos; inclusive, já estão ocorrendo posturas e intervenções diferentes com outros casos atendidos.

Na assembleia de restituição final da pesquisa, os dados analisados foram divulgados e discutimos acerca da experiência do estudo/intervenção. Mais do que uma devolução, a restituição envolve uma prática política e a possibilidade de refazer as análises da intervenção em função do contato com o grupo trabalhado. A restituição é essencial na pesquisa intervenção como ressalta Monceau (2012), pois ela permite testar nossas interpretações; mas, mais que isso, assegura um pacto de trabalho ativo entre todos os participantes. A restituição possibilita que os sujeitos expressem o que perceberam e que essa representação seja usada como um suporte para a reflexão coletiva.

Apresentar mais questionamentos que resultados definitivos permitem, ao longo do processo, trabalhar o campo e se aproximar da dimensão institucional das implicações e das práticas. E, ao final, refletir e discutir a experiência de produzir conhecimento “com”. Consideramos que as contribuições foram muitas. O grupo colocou a fantasia inicial de que a pesquisa-intervenção traria uma “receita” de como lidar com as famílias. Ao longo do trabalho, eles tiveram que se deparar com o imprevisto e com o singular, com a busca de soluções tecidas no encontro com aquela família específica.

Todo o processo de pesquisa teve duração de 18 meses e foi extremamente fecundo na associação universidade/academia/pesquisadores e realidade/campo de pesquisa/pesquisados, sempre perseguindo os efeitos ético-políticos da geração de conhecimento que estava em jogo. Amparados na crença que teoria e prática produzem e são produzidas nos encontros, tentamos rastrear as linhas duras e as linhas flexíveis desse território, que foram apresentadas neste texto, evidenciando parcialmente tanto a

heterogeneidade como a processualidade que atravessaram nosso objeto de estudo quanto à construção de opções de trabalho com a família.

## Considerações Finais

Ao longo desta pesquisa, constatamos pontos que se repetiam e dificultavam o trabalho da equipe com a família. São eles: a falta de formação dos profissionais para atuar com famílias e a dificuldade do trabalho em rede. Na supervisão e no grupo de estudos, tentamos fortalecer a crença na importância da intervenção com as famílias e sua capacidade de exercê-la, sobretudo em um momento em que as políticas públicas em nosso país colocam o grupo como suporte de suas ações, espaço de proteção e socialização primárias. Saber atuar com a família, além de colaborar para a sustentação das políticas públicas, também se adequa às altas demandas de atendimentos presentes nas instituições públicas, em geral, incidindo diretamente sobre a problemática da criança e do adolescente. Contudo, a clínica aprendida nos cursos universitários ainda é uma clínica individual, sendo desconhecida ou desprivilegiada a atuação com a família, criando contratemplos, principalmente diante da complexidade dos casos atendidos, que cada vez mais exigem novos dispositivos de atuação. Esses novos dispositivos dizem respeito também ao funcionamento dos serviços públicos, que atualmente têm no trabalho em rede uma ferramenta essencial para o fortalecimento das políticas públicas. O trabalho em rede, com dificuldades de concretização no cotidiano, permite a troca de experiências e a construção de ações efetivas para os usuários. Além disso, as redes são também uma possibilidade de abarcar a complexidade de cada caso, abordado em sua singularidade. Essa é uma lacuna que deve ser superada embora sua não-efetivação, muitas vezes, se dê pela ameaça vivida pelos setores e serviços em perder seu espaço e sua identidade.

É preciso pontuar que, durante toda a pesquisa, refletimos acerca da nossa inserção no CPP. Indagávamo-nos a respeito do que interceptávamos, do que deixávamos passar e do que barrávamos. Nesses questionamentos, apostamos na intercessão que se exerce no encontro entre linhas duras e linhas flexíveis, formas e forças e que sustenta as práticas de cuidado. A grande questão que ficou para os pesquisadores é se nós conseguimos, em alguns momentos, atuar como intercessores no cotidiano desses profissionais, deixando passar e ganhar forma outra maneira de se acoplar com a família.

Constatamos ainda a importância da pesquisa-intervenção cartográfica para a produção de conhecimento ao tentar abarcar a realidade em sua complexidade e atender às demandas sociais de contribuição cotidiana efetiva da academia. Ao visar à geração de conhecimento em estreita associação com a transformação processual do campo de pesquisa, essa modalidade aposta que a construção do conhecimento se dá na desarticulação de práticas e discursos instituídos para a emergência de algo novo. Aliás,

tendo em vista que a realidade não é dada, mas sim construída também por meio de produções de conhecimento que se constituem como práticas discursivas, sociais e históricas, como nos lembra Foucault (2004), precisamos ainda nos interrogar acerca de quais formações, teorizações e intervenções estamos realizando. Para além da academia, os profissionais cada vez mais enfrentam conflitos e obstáculos em seu dia a dia, vivenciando situações que são em si complexas e heterogêneas, atravessadas por questões institucionais, sociais e políticas, dentre outras. Nesse contexto, é preciso também insistir em outras formas de pensar/intervir que colaborem para o enfrentamento dessas situações. Nessa perspectiva, esperamos ter contribuído para a construção de saídas e inspirações para o CPP em sua relação com a família.

## Referências

- Baremblytt, G. (1992). *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Barros, R. B. de (2005). A psicologia e o sistema único de saúde: Quais interfaces? *Psicologia e Sociedade*, 17(2), 21-25.
- Comerlato, D., Matiello, A., Colliselli, L., Renk, E. C., & Kleba M. E. (2007). Gestão de políticas públicas e intersectorialidade: Diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais. *Revista Katálysis*, 10(2), 265-271. Recuperado em 24 abril, 2010, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802007000200015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000200015&lng=pt&nrm=iso)
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1996). Micropolítica e segmentaridade. In G. Deleuze. & F. Guattari. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (pp. 83-115). Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Deleuze, G. & Parnet, C. (1998). *Diálogos*. São Paulo: Escuta.
- Ferreira Neto, J. L. (2008). Intervenção psicossocial em saúde e formação do psicólogo. *Psicologia e Sociedade*, 20(1), 62-69.
- Foucault, M. (2004). Genealogia e poder. In M. Foucault. *Microfísica do poder* (20a ed., pp. 167-177). Rio de Janeiro: Graal.
- Gutierrez, D. M. D. & Minayo, M. C. de S. (2010). Produção de conhecimento sobre cuidados da saúde no âmbito da família. *Ciência saúde coletiva*, 15(1), 1497-1508. Recuperado em 13 janeiro, 2012, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-1232010000700062&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-1232010000700062&lng=pt&nrm=iso)

- Kastrup, V. (2008). O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção In L. R. de Castro. & V. L. Besse (Orgs.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude* (pp. 465-489). Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ.
- Lourau, R. (1990). Implication et surimplication. *Revue du Mauss*, 10, 110-120.
- Lourau, R. (2004). Objeto e método da Análise Institucional. In S. Altoé (Org.). *René Lourau: Analista institucional em tempo integral* (pp. 66-86). São Paulo: Hucitec.
- Monceau, G. (2008). Implicação, sobre implicação e implicação profissional. *Fractal Revista de Psicologia*, 20(1), 19-26.
- Monceau, G. (2012). Tecchiques socio-cliniques pour l'analyse institutionnelle des pratiques. In G. Monceau (Org.). *L'analyse institutionnelle des pratiques: Une socio-clinique des tourments institutionnels* (pp. 15-35). Paris: L'Harmattan.
- Rocha, M. L. & Aguiar, K. F. (2003, dezembro). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(4), 64-73.
- Rodrigues, H. de B. C. (2005). Alucinando Portelli. Celebração do amor entre um historiador (oral) e seu leitor. *Mnemosine*, 1(1), 117-149.
- Romagnoli, R. C. (2006a). A formação dos psicólogos e a saúde pública. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 1(2), 1-15. Recuperado em 1 maio, 2010, de [http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume4\\_n2/romagnoli.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume4_n2/romagnoli.pdf)
- Romagnoli, R. C. (2006b). Famílias na rede de Saúde Mental: Um breve estudo. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 305-314.
- Romagnoli, R. C. (2009). A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia e Sociedade*, 21(2), 166-173.
- Sarti, C. A. (2007). Famílias Enredadas. In A. R. Acosta & M. A. Vitale. *Família: redes, laços e políticas públicas* (pp. 21-36). São Paulo: Cortez/IEC PUCSP.
- Szymanski, H. (2004). Práticas educativas familiares: A família como foco de atenção psicoeducacional. *Estudos em psicologia*, 21(2), 5-16. Recuperado em 23 fevereiro, 2009 de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103166X2004000200001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103166X2004000200001&lng=pt&nrm=iso)
- Vasconcelos, E. M. (2002). *Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa*. Petrópolis: Vozes.

Recebido: 03/06/2013  
 Revisado: 19/09/2013  
 Aprovado: 03/10/2013